

Demonstrações Contábeis de 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 CONSOLIDADO (EM REAIS)

DESCRIÇÃO	Nota	2022	2021
<b>ATIVO</b>		43.829.596,37	22.020.627,89
<b>CIRCULANTE</b>		12.515.929,85	11.976.431,22
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6	9.854.240,83	3.413.178,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - SEM RESTRICAO		7.328,24	648,76
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - SEM RESTRICAO		0,00	648,76
BANCOS CONTA MOVIMENTO - SEM RESTRICAO		7.328,24	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - COM RESTRICAO		9.846.912,59	3.412.529,24
BANCOS CONTA MOVIMENTO		55,30	4.018,37
APLICACOES FINANCEIRAS		9.846.857,29	3.408.510,87
<b>CREDITOS</b>	7	3.789,12	6.232.644,43
CREDITOS SEM RESTRICAO		0,00	2.850,00
CREDITOS SEM RESTRICAO		0,00	2.850,00
CREDITOS COM RESTRICAO		3.789,12	6.229.794,43
CONTRATO DE GESTAO E CONVENIOS		0,00	6.189.447,47
ADIANTAMENTO A COLABORADORES		0,00	2.231,86
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		0,00	4.749,19
TRIBUTOS A RECUPERAR		3.789,12	33.365,91
<b>ESTOQUES</b>	8	2.657.899,90	2.330.608,79
ESTOQUES COM RESTRICAO		2.657.899,90	2.330.608,79
ESTOQUES CONTRATO DE GESTAO		2.657.899,90	2.330.608,79
<b>ATIVO COMPENSADO</b>	9	31.313.666,52	10.044.196,67
ATIVO COMPENSADO		31.313.666,52	10.044.196,67
ATIVO COMPENSADO COM RESTRICAO		31.313.666,52	10.044.196,67
CONTRATO DE GESTAO SES		20.462.855,40	0,00
BENS CEDIDOS		8.645.208,90	9.982.894,06
BENS ADQUIRIDOS EM REC. CONTRATO DE GESTAO		2.205.602,22	61.302,61
<b>PASSIVO</b>		43.829.596,37	22.020.627,89
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		12.513.201,61	4.770.771,43
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		12.513.201,61	4.770.771,43
PASSIVO CIRCULANTE SEM RESTRICAO	10	4.600,00	2.732,00
PASSIVO CIRCULANTE SEM RESTRICAO		4.600,00	2.732,00
PASSIVO CIRCULANTE COM RESTRICAO	10	12.508.601,61	4.768.039,43
FORNECEDORES DE SERVIÇOS E MERCADORIAS		1.522.626,09	2.102.976,53
GESTAO DE CONTRATOS - CONTRATOS A FATURAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	11	45.930,91	1.018.260,36
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	12	597.763,92	463.230,02
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	13	406.494,05	275.452,21
PROVISOES TRABALHISTAS	14	1.764.382,10	908.120,31
CONTRATOS DE GESTAO E CONVENIOS A EXECUTAR		8.171.404,54	0,00
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>		2.728,24	7.266.962,40
<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>	17	2.728,24	7.266.962,40
PATRIMONIO SOCIAL		0,00	4.000,00
PATRIMONIAL SOCIAL		0,00	4.000,00
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO SEM RESTRICAO		2.728,24	3.233,24
SUPERÁVIT OU DEFICIT ACUMULADO SEM RESTRICAO		2.728,24	28.038,64
(-) DÉFICIT ACUMULADO		0,00	31.271,88



SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO COM RESTRIÇÃO		0,00	7.266.195,64
SUPERAVIT OU DEFICIT AREA DE SAUDE		0,00	7.266.195,64
PASSIVO COMPENSADO	9	31.313.666,52	9.982.894,06
PASSIVO COMPENSADO		31.313.666,52	9.982.894,06
PASSIVO COMPENSADO COM RESTRICAO		31.313.666,52	9.982.894,06
CONTRATO DE GESTAO		20.462.855,40	0,00
BENS CEDIDOS		8.645.208,90	9.982.894,06
BENS ADQUIRIDOS EM REC. CONTRATO DE GESTAO		2.205.602,22	0,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

DESCRIÇÃO	Nota	2022	2021
RESULTADO		1.942,31	7.249.538,86
RESULTADO DE SAUDE SEM RESTRIÇÃO		1.942,31	(16.656,78)
RECEITAS SEM RESTRIÇÃO		66.711,86	13.250,00
DESPESAS SEM RESTRIÇÃO		(64.769,55)	(29.906,78)
RESULTADO DE SAUDE COM RESTRIÇÃO		0,00	7.266.195,64
RECEITAS	15	61.812.318,86	71.084.639,96
RECEITA DE SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL		61.066.475,78	70.781.505,38
RECEITAS FINANCEIRAS		724.152,43	224.598,40
RECEITA DE DOAÇÕES		21.690,65	78.374,93
OUTRAS RECEITAS OBTIDAS		0,00	161,25
CUSTOS COM PESSOAL	17	(21.152.755,35)	(27.973.858,36)
REMUNERAÇÃO COM PESSOAL PROPRIO		(15.186.796,13)	(23.746.015,55)
ENCARGOS SOCIAIS		(5.075.534,06)	(3.319.722,50)
PROVISÕES TRABALHISTAS		(890.425,16)	(908.120,31)
CUSTOS COM SERVIÇOS E MATERIAIS		(36.443.657,66)	(33.434.394,28)
CUSTO COM MATERIAIS	16	(10.704.391,24)	(11.135.821,07)
SERVIÇOS CONTRATADOS		(23.969.327,22)	(20.877.913,70)
CUSTO COM MANUTENÇÃO		(395.007,05)	(312.585,57)
BENS E BENFEITORIAS ADQUI. COM REC. CONTRATOS DE GESTÃO		(1.374.932,15)	(1.108.073,94)
DESPESAS OPERACIONAIS		(4.215.905,85)	(2.410.191,68)
ENCARGOS SOCIAIS	16	(101.372,90)	0,00
SERVIÇOS CONTRATADOS		(3.818.117,96)	(2.255.473,51)
MANUTENÇÃO		(43.497,00)	(1.299,00)
DESPESAS DE APOIO ADMINISTRATIVO		(72.646,95)	(97.779,57)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		(1.758,67)	(11.105,48)
DESPESAS BANCÁRIAS E FINANCEIRAS		(148.778,52)	(43.734,12)
ALUGUEIS OPERACIONAIS		(29.733,85)	(800,00)
PROVISOES CONTINGENCIAS		0,00	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.942,31	7.249.538,86

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2022 - MÉTODO DIRETO

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
Valores Recebidos de Subvenções/Repases	69.636.425,48	52.334.570,51
Valores pagos a Fornecedores de Materiais/Serviços	-39.773.595,17	-33.778.503,70
Valores pagos a Empregados/Autônomos	-13.685.823,91	-8.669.951,84
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	16.177.006,40	9.886.114,97
Encargos sobre empregados	-5.603.627,65	
Tributos pagos	-4.023.667,11	-5.871.492,34
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	6.549.711,64	3.877.386,13
Recebimento por indenização de seguros		
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	-108.648,81	-464.208,13
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.441.062,83	3.413.178,00
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00

CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0	0
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0	0
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0	0
Aumento nas Disponibilidades	6.441.062,83	3.394.254,46
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	3.413.178,00	18.923,54
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	9.854.240,83	3.413.178,00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	SUPERAVIT/DEFICIT SEM RESTRIÇÃO	SUPERAVIT/DEFICIT COM RESTRIÇÃO	Total
Saldo em 31/12/2021	766,76	7.266.195,64	7.266.962,40
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	1.961,48	-7.266.195,64	-7.264.234,16
Saldo em 31/12/2022	2.728,24	0,00	2.728,24

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2022 - MÉTODO INDIRETO

	2022	2021
<u>SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO PERÍODO</u>	1.942,31	7.249.538,86
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	0	0
Superávit (Déficit) Ajustado	0	0
Aumento/(Diminuição) nos Ativos\Passivos		
VALORES A RECEBER	2.850,00	-2.850,00
VALOR A RECEBER DE CONTRATOS DE GESTÃO	6.189.447,47	-6.189.447,47
ESTOQUE	-327.291,11	-2.330.608,79
ADIANTAMENTO A COLABORADORES	2.231,86	-2.231,86
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	4.749,19	-4.749,19
TRIBUTOS A RECUPERAR	29.576,79	-33.365,91
PASSIVO CIRCULANTE SEM RESTRIÇÃO	1.868,00	2.732,00
FORNECEDORES	-580.350,44	2.101.476,53
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	-972.329,45	1.018.260,36
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	134.533,90	463.230,02
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	131.041,84	275.452,21
BENS	61.302,61	-61.302,61
CONTRATO DE GESTAO E CONVENIOS	8.171.404,54	
AJUSTE DE CAPITAL	-7.264.234,16	7.249.538,86
PROVISÕES TRABALHISTAS	856.261,79	908.120,31
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	6.441.062,83	3.394.254,46
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0	0
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0	0
Aumento nas Disponibilidades	6.441.062,83	3.394.254,46
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	3.413.178,00	18.923,54
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	9.854.240,83	3.413.178,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

**1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

O IPGSE - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, CNPJ Nº 18.176.322/0001-51, é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada juridicamente dentro dos princípios do Código Civil Brasileiro - Lei 10.406 de 10.01.2002 na forma de Associação Civil, sem finalidades lucrativas, situada na Região Sudoeste do Estado de Goiás, com sede matriz na cidade de Rio Verde - GO, na rua Avelino de Faria nº 200 no Setor Central, Rio Verde - GO, CEP: 75.901-140. Tem por finalidade estatutária o planejamento e execução de atividades de gestão e operacionalização de instituições públicas e privadas, desenvolvimento de pesquisas científicas, atividades de produção de soluções tecnológicas e suas transferências, através de projetos e programas próprios ou aplicados em parcerias. Fundado em 03 de janeiro de 2013, com base em seu Estatuto Social, se mantém, através de seus membros associados e profissionais capacitados, devidamente contratados, tornando o instituto apto ao exercício de suas atividades voltadas à área da Saúde, Assistência Social, Educação, Programas de Promoção de Integridade Social, Gestão de Serviços Sociais e Programas de Qualificação, Capacitação e Treinamento de Profissionais da Saúde.



Para o cumprimento das suas atividades e ações, mantém o modelo da Gestão Compartilhada, alternativo ao Modelo Hegemônico, considerando o conhecimento e o poder de decisão sobre condutas, exercidas pelos seus membros associados, pelos membros dos conselhos de deliberação superior, membros da diretoria e seu corpo de profissionais.

Com ações planejadas e programadas busca a constante qualificação dos espaços de tomada de decisão, valorizando a autonomia dos sujeitos, desde a idealização até a concretização do fazer em saúde, promovendo o envolvimento contínuo de todos com este ideal.

O IPGSE é uma associação de pessoas, qualificada como Organização Social na área da saúde pelo decreto do Estado de Goiás nº 9.758 de 30 de novembro de 2020 e reconhecido como entidade de utilidade pública e de interesse social por força do artigo 13º da Lei Estadual 15.503 de 28 de dezembro de 2005.

## **2 - CONTRATO DE GESTÃO**

Durante o exercício de 2022, por decisão administrativa da Secretária de Saúde de Goiás, o IPGSE ficou até dia 04 de outubro de 2022 sem contrato de gestão, recebendo os recursos para custeio por meio de regularização de despesa. A partir do 05 de outubro foi publicado o contrato 088/2022 em caráter emergencial, válido até 31 de outubro de 2022. Posteriormente foi publicada o 1º termo aditivo, válido por 180 dias.

## **3 - BASE DE PREPARAÇÃO**

### **3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis do IPGSE/Contrato de gestão Nº 088/2022, em caráter emergencial, foram elaboradas em total conformidade com a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidades de lucros.

Levando em consideração também as práticas adotadas pela NBC TG 1000 (R1) como já previstas na própria na ITG 2002 (R1)

### **3.2 Moeda Funcional**

Foi utilizada nas demonstrações contábeis do IPGSE/HERSO o Real (R\$), moeda vigente no Brasil.

## **4 - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **a) Apuração do superávit ou déficit.**

Na apuração do superávit/déficit foi aplicado o regime de competência para reconhecimento das receitas e despesas.

### **c) Instrumentos financeiros**

O Instituto determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o instrumento é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais.

A NBC TG 1000 - Seção 11 - Instrumentos Financeiros Básicos, contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensuradas ao custo amortizado, valor justo dos outros resultados abrangentes e valor justo. O Instituto considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros conforme a norma: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

### **d) Contas a receber**

O saldo de contas a receber decorrente do Contrato de Gestão n.º 08/2021 está apresentado pelo valor líquido de realização, isto é, diminuído das perdas prováveis no recebimento dos créditos.

### **e) Estoques**

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores realizáveis líquidos. Quando necessário, os estoques são deduzidos de perdas estimadas, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de itens e perdas de inventário físico.

### **f) Imobilizado**

O IPGSE - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, por meio do contrato de gestão nº 08/2021/SES-GO, administra o Herxo e todos os bens são adquiridos com recursos do contrato. Pelo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás - SES-GO. Com isso, os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados diretamente nas contas do ativo compensado. Estes bens, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. A depreciação/amortização, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil/econômica, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade da IPGSE, mas, sim, do Estado de Goiás.

### **g) Intangível**

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição e/ou implantação, os direitos de uso de software são demonstrados pelo custo de aquisição em conta de compensação e lançados em contrapartida ao resultado do período.

### **h) Ativos e passivos não circulantes**

Estão demonstrados por valores de realização / obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos auferidos ou as despesas incorridas até a data do balanço.



#### **i) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a serem pagas por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores são apresentadas como passivo não circulante.

#### **j) Julgamentos ou estimativas**

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas à incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: (a) a definição de vida útil e valor residual de ativos imobilizados e intangíveis; (b) o teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*); (c) a estimativa de perdas provenientes de glosas nos repasses do contratante; e (d) estimativa para as despesas com prestação de serviços incorridas no exercício, mas que as notas fiscais são emitidas, somente, no exercício seguinte (fornecedores a faturar).

#### **k) Isenção tributária**

O IPGSE, por ser uma entidade de interesse social e sem fins lucrativos, é isento do recolhimento de impostos e contribuições. A isenção tributária do Instituto inclui o Imposto de Renda (IR), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de atos próprios.

O Instituto também não está sujeito ao recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), exceto no caso das retenções efetuadas de acordo com o Código Tributário Municipal. Entretanto os recolhimentos do INSS patronal, do FGTS e do PIS ocorrem normalmente sobre a folha de pagamento, sendo a alíquota do PIS determinada em 1% das verbas da folha sujeitas à incidência.

#### **g) Subvenções governamentais**

Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para a entidade em troca de cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma: I) a subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos; II) a subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a entidade é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas; III) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitos são reconhecidas no passivo. A entidade mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

A subvenção governamental é reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições deste Pronunciamento CPC 07 (Subvenção e Assistência Governamentais). Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no é feita em conta específica do passivo.

#### **h) Patrimônio Social:**

O patrimônio social é apresentado em valores históricos e compreende os superávits e déficits ocorridos nos períodos.

### **5. GESTÃO DE RISCOS**

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos, para tanto, estes são regularmente monitorados a fim de avaliar os impactos sobre os seus resultados. A superintendência executiva juntamente com a superintendência administrativa-financeira da Entidade examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento dos riscos incluindo os procedimentos e práticas aplicadas no controle dos mesmos. A seguir a conceituação dos principais riscos inerentes às atividades da Entidade. A seguir a conceituação dos principais riscos inerentes às atividades da entidade.

#### **5.1 Risco de Liquidez**

Este tipo de risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função da ausência de ativos de liquidez imediata suficientes para a cobertura dos passivos imediatos.

#### **5.2 Risco de Crédito**

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas financeiras por não recebimento das parcelas dos contratos gestão pactuados junto ao Poder Público estadual. Para minimizar o impacto das perdas, o Instituto adota políticas de gestão com vista à adequada aplicação dos recursos subvencionados, mormente pelo acompanhamento sistemático das operações estruturadas para as atividades desenvolvidas em cada contrato de gestão.

#### **5.3 Risco Legal**

Associado às perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

### **6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2022	2021
	31/12/2022	31/12/2021
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.854.240,83	3.413.178,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - SEM RESTRICAO	7.328,24	648,76
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - SEM RESTRICAO	7.328,24	648,76
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - COM RESTRICAO	9.846.912,59	3.412.529,24
BANCOS CONTA MOVIMENTO	55,30	4.018,37
APLICACOES FINANCEIRAS	9.846.857,29	3.408.510,87

As contas foram segregadas de acordo com sua natureza de execução, ou seja, as despesas da matriz foram inscritas nas contas sem restrição, enquanto as contas vinculadas ao contrato de gestão, foram vincular no grupo com restrição.

Todos os recursos recebidos em razão do contrato de gestão são alocados em contas correntes, que foram criadas especificamente para geri-los e aplicá-los devidamente. Entretanto, a Entidade é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos às restrições e/ou vinculações por parte do contratante.

As aplicações financeiras são mantidas na Caixa Econômica Federal e Santander, remuneradas à taxa de mercado. Consiste num valor de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante na mudança de valor.

## 7 - CRÉDITOS

### CRÉDITOS A RECEBER

	2022	2021
CREDITOS	3.789,12	6.232.644,43
CREDITOS SEM RESTRICAO	0,00	2.850,00
CREDITOS SEM RESTRIÇÃO	0,00	2.850,00
CREDITOS COM RESTRICAO	3.789,12	6.229.794,43
CONTRATO DE GESTAO E CONVENIOS	0,00	6.189.447,47
ADIANTAMENTO A COLABORADORES	0,00	2.231,86
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	0,00	4.749,19
TRIBUTOS A RECUPERAR	3.789,12	33.365,91

Houve uma redução significativa dos valores a receber de créditos, ficando simplesmente um valor de tributos a recuperar, contudo já foram tomadas as devidas providencias para resolução.

Lembrando que os valores de repasses das subvenções são inscritos no passivo, conforme orientação do Manual de práticas contábeis vinculadas às entidades do terceiro setor aplicadas aos contratos de gestão.

## 8 - ESTOQUE

	2022	2021
ESTOQUES COM RESTRICAO	2.657.899,90	2.330.608,79
ESTOQUES CONTRATO DE GESTAO 08/2021 - SES/GO	2.657.899,90	2.330.608,79
ESTOQUE DE MATERIAIS APLICADO	9.010.18,22	864.761,86
ESTOQUE DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS	1.353.174,57	1.281.692,30
ESTOQUE DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE	73.920,28	51.101,75
ESTOQUE DE ALIMENTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS/PACIENTES	69.012,2	85.561,32
ESTOQUE DE EPI - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	15.1976,13	152.555,92
ESTOQUE DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO	81.439,22	56.646,43
ESTOQUE PRODUTO QUIMICO	13.638,37	14.310,45
ESTOQUE DE ROUPARIA	4.049,1	1.845,79
ESTOQUES DE BENS ADQUIRIDOS A IMOBILIZAR	9.671,81	30.584,80
EMPRESTIMO RECEBIDO		-577.827,94
(-) EMPRESTIMO CONCEDIDO		369.376,11

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os estoques estavam compostos conforme tabela acima e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição.

O estoque em questão é controlado pelo sistema Soul MV, sendo feito inventário periodicamente para visualização de possíveis inconsistências.

## 9 - ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O grupo do Ativo e Passivo compensado, se refere as contas utilizadas para controle da própria unidade, não impactando diretamente nos demonstrativos contábeis, pois os valores do ativo e passivo se anulam. Conforme quadro abaixo, demonstramos nesse grupo os valores dos bens cedidos e adquiridos por meio do contrato de gestão, salientando que os mesmos são propriedade do Estado de Goiás.

Também fazemos uma provisão do saldo do contrato de gestão, contudo o valor repassado pode oscilar por uma série de fatores contratuais.

DESCRIÇÃO	2022	2021
	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO COMPENSADO	31.313.666,52	10.044.196,67
ATIVO COMPENSADO COM RESTRICAO	31.313.666,52	10.044.196,67
BENS CEDIDOS	8.645.208,90	9.982.894,06
BENS ADQUIRIDOS EM REC.CONTRATO DE GESTAO	2.202.602,22	61.302,61
CONTRATO DE GESTÃO NR 088/2022	20.462.855,40	0,00

DESCRIÇÃO	2022	2021
	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO COMPENSADO	31.313.666,52	10.044.196,67
ATIVO COMPENSADO COM RESTRICAO	31.313.666,52	10.044.196,67
BENS CEDIDOS	8.645.208,90	9.982.894,06
BENS ADQUIRIDOS EM REC.CONTRATO DE GESTAO	2.202.602,22	0,00
CONTRATO DE GESTÃO NR 088/2022	20.462.855,40	0,00

## 10 - FORNECEDORES

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional do HERSO, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

A demonstração está separada em fornecedores sem restrição, utilizados exclusivamente na matriz, e fornecedores com restrição, utilizados para execução do contrato de gestão.

Descrição	2022	2021
FORNECEDORES	1.527.226,09	2.105.708,53
FORNECEDORES SEM RESTRICAO	4.600,00	2.732,00
PASSIVO CIRCULANTE SEM RESTRICAO	4.600,00	2.732,00
FORNECEDORES DE SERVIÇOS E MATERIAIS	4.600,00	2.732,00
FORNECEDORES COM RESTRICAO	1.522.626,09	2.102.976,53
FORNECEDORES DE SERVIÇOS E MERCADORIAS	1.522.626,09	2.102.976,53
FORNECEDORES DE INSUMOS	660.733,29	1.828.190,16
FORNECEDORES DE SERVIÇOS MÉDICOS	228.579,34	232.362,00
FORNECEDORES DE SERVIÇO DIVERSOS	633.313,46	42.424,37

## 11 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS / FISCAIS

As obrigações trabalhistas/fiscais da IPGSE/HERSO Administradas foram reconhecidas pelo regime de competência e estão distribuídas como segue:

	2022	2021
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	45.930,91	1.018.260,36
RESCISOES A PAGAR	3.821,10	1.879,11
ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	0,00	1.016.381,25
FÉRIAS A PAGAR	42.109,81	0,00

Lembrando que a folha de pagamento dos funcionários é paga dentro do próprio mês, sendo esse o motivo para não existir passivo no final da competência.

## 12 - ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Descrição	2022	2021
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	597.763,92	463.230,02
INSS DE FOLHA A RECOLHER	439.089,34	335.834,84

FGTS FOLHA A RECOLHER	141.132,07	113.209,97
PIS DE FOLHA A RECOLHER	17.542,51	14.185,21

### 13 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

PASSIVO CIRCULANTE COM RESTRICAO	2022	2021
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	406.494,05	275.452,21
IRRF / SOBRE FOLHA A RECOLHER	164.266,57	147.144,15
IRRF / SOBRE PESSOA JURIDICA A RECOLHER	43.613,82	18.845,72
RRF / SOBRE RPA A RECOLHER	0,00	2.454,92
ISSQN RETIDO A RECOLHER	47.953,20	27.007,23
PIS/COFINS/CSLL RETIDOS A RECOLHER	136.529,07	61.073,80
INSS RETIDO A RECOLHER	14.131,39	18.926,39

### 14 - PROVISÕES TRABALHISTAS

Os saldos são compostos basicamente da provisão de férias e seus encargos.

PASSIVO CIRCULANTE COM RESTRICAO	2022	2021
PROVISOES TRABALHISTAS	0,00	0,00
FERIAS E ENCARGOS	1.764.382,1	908.120,31

### 15 - RECEITAS DE SUBVENÇÕES

DESCRIÇÃO	2022	2021
RECEITAS	61.879.049,89	71.084.639,96
RECEITAS SEM RESTRIÇÃO	66.731,03	13.250,00
CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS	66.711,86	13.250,00
OUTRAS RECEITAS	19,17	0,00
RESULTADO DE SAUDE COM RESTRIÇÃO	61.812.318,86	71.084.639,96
RECEITA SUBVENCAO - CONTRATO DE GESTAO Nº 08/2021 - SES/GO	61.066.475,78	70.781.505,38
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	682.806,73	166.570,44
DESCONTOS OBTIDOS	41.345,70	58.027,96
RECEITAS DE DOACOES	41.345,70	78.374,93
OUTRAS RECEITAS OBTIDAS	0,00	161,25

O demonstrativo da receita está segregado em receitas sem restrições, e receitas com restrições, nessa última contém a receita por subvenção referente ao contrato de gestão pactuado entre o IPGSE e a SES - Goiás

### 16 - CUSTOS COM MEDICAMENTOS, MATERIAL E DESPESAS EM GERAL

DESCRIÇÃO	2022	2021
DESPESAS SEM RESTRIÇÃO	64.769,55	29.906,78
ENERGIA ELETRICA	8.607,75	5.638,57
ÁGUA E ESGOTO	1.440,20	1.179,50
LOCAÇÃO DE IMOVEIS	49.200,00	19.500,00
SERVIÇO DE VIGILANCIA	1.649,00	1.680,00
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.872,60	1.908,71
DESPESAS COM RESTRIÇÃO	40.659.563,51	35.689.867,79
CUSTOS COM SERVIÇOS E MATERIAIS	36.443.657,66	33.434.394,28
CUSTO COM MATERIAIS - MEDICAMENTOS/MATERIAL APLICADO	10.704.391,24	11.135.821,07
SERVIÇOS	23.969.327,22	20.877.913,70
CUSTO COM MANUTENÇÃO	395.007,05	312.585,57
BENS E BENFEITORIAS ADQUI. COM REC. CONTRATOS DE GESTÃO	1.374.932,15	1.108.073,94
DESPESAS OPERACIONAIS	4.215.905,85	2.410.191,68
ENCARGOS SOCIAIS	101.372,90	0,00
SERVIÇOS CONTRATADOS	3.818.117,96	2.255.473,51
MANUTENÇÃO	43.497,00	1.299,00
DESPESAS DE APOIO ADMINISTRATIVO	72.646,95	97.779,57
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	1.758,67	11.105,48
DESPESAS BANCÁRIAS E FINANCEIRAS	148.778,52	43.734,12



LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	800,00
ALUGUES OPERACIONAIS	29.733,85	0,00

#### 17 - CUSTOS COM PESSOAL

DESCRIÇÃO	2022	2021
REMUNERACAO COM PESSOAL PROPRIO	21.152.755,35	25.155.699,00
SALARIOS E ORDENADOS	14.763.608,85	6.818.693,50
RESCISOES TRABALHISTAS	388.175,99	1.219.882,89
INDENIZAÇÃO	16.486,80	0,00
SERVICOS PRESTADOS POR TERCEIROS - RPA	18.524,49	4.170.652,26
SALARIOS E ORDENADOS COM PESSOAL CEDIDO - SES	0,00	12.946.470,35

O quadro acima detalha o gasto com pessoal, salientado que a folha de pagamento juntamente com seus encargos é paga com recursos oriundos do custeio do contrato de gestão.

#### 18 - COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é apresentado em valores históricos e compreende os superávits e déficits ocorridos nos períodos

#### 19 - TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme determinado na Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade não identificou trabalhos voluntários por ela recebidos durante o exercício de 2021.

#### 20 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

O superávit do exercício de 2022 será incorporado ao patrimônio social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

O valor apresentado como superavit reflete o saldo gerado pela Matriz, ou seja, recursos desvinculados do contrato de gestão. O valor do resultado da Filial, que possui contrato de gestão foi igual 0,00, foi utilizado as práticas do manual de práticas contábeis vinculadas às entidades do terceiro setor aplicado aos Contrato de Gestão.

#### 21 - SEGUROS

O IPGSE possui cobertura de seguro para a ambulância Renault Master Furgão - placa RBU9I42, Chassi 93YMAFEXCMJ431851, apólice 0531149563807, que cobre eventuais danos materiais e corporais.

Reconhecemos a exatidão das Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2022, cujo Balanço Patrimonial importa em R\$ **43.829.596,37** (quarenta e três milhões, oitocentos e vinte nove mil, quinhentos e vinte nove e trinta e sete centavos)

ALUISIO PARMEZANI PANCRACIO  
Diretor Presidente

DENER FERREIRA BORGES  
Contador Crc: 016886/07

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Aos  
Membros dos Conselhos Gestor e Fiscal do  
Instituto de Planejamento e Gestão de Serviços Especializados - IPGSE  
Rio Verde (GO)

#### Opinião com Ressalva Sobre as Demonstrações Contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Instituto de Planejamento e Gestão de Serviços Especializados - IPGSE, encerradas em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos comentários contidos no parágrafo "base para opinião com ressalva" possam ter sobre as demonstrações contábeis acima referidas, elas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira do IPGSE, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



**Embasamento para Opinião com Ressalva**

- 1) Em face de andamento de procedimentos administrativos públicos, a Entidade operou de janeiro a 04 de outubro de 2022, desacobertada de contrato formal com a parceira Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, cujos riscos e efeitos nas demonstrações contábeis torna-se impossível/impraticável apurar, nas circunstâncias.
- 2) A Entidade deixou de realizar teste de recuperabilidade de ativos, previsto na NBCTG 01(R4). O objetivo é demonstrar se houve ou não redução do valor recuperável de bens ativos. As normas exigem que as entidades avaliem periodicamente a recuperabilidade dos ativos que geram resultados, antes de apresentá-los no balanço. Os exames efetuados pela auditoria revelaram efeitos considerados irrelevantes nas demonstrações contábeis, caso aplicados os testes de recuperabilidade sobre os principais ativos da Entidade, porque são gravados com restrições e/ou pertençam ao Poder Público, entretanto as NBC-TAs definem a inobservada como causa de ressalva obrigatória.
- 3) Constata-se fragilidade nos controles internos de estoques de materiais e medicamentos, cujos efeitos nas demonstrações contábeis foram ajustados ao final do exercício, por inventários das existências físicas.
- 4) As respostas às confirmações externas de saldos de contas a pagar foram insuficientes, bem como permaneceram indisponíveis relatórios analíticos capazes de confirmar os saldos apresentados.

Nossa revisão foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido nos trabalhos efetuados ou se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

As demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram revistas por outro serviço de auditoria independente e seu relatório, emitido em 25 de março de 2022 não apresentou ressalvas.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração do IPGSE é responsável pelas elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com a Legislação e demais normas profissionais aplicáveis, bem como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, bem como de divulgar, quando aplicável, assuntos relacionados com a continuidade operacional utilizada como base de mensuração na elaboração das demonstrações contábeis, salvo se pretender liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não ter nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com atribuições de supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Por segurança razoável se entende exigência de alto nível de certeza, mas não garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais vigentes, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso, na realização dos trabalhos:

\* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

\* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre as eficiência e eficácia dos controles internos da Entidade.

\* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas e respectivas divulgações feitas pela administração.

\* Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação eventual descontinuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

\* Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria.

Goiânia (GO), 14 de março de 2022

**DEGE Auditores Associados S/S**  
CRC/PR nº 4.259-O- T/GO

**GILMAR WISNIEVSKI**  
Diretor Resp. Técnico Contador  
CRC/PR nº. 19.147-O-S-GO

Protocolo 371162